Proclamação da República: por que historiadores concordam que monarquia sofreu um 'golpe'

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

O quadro 'Proclamação da República', de Benedito Calixto, retrata a proclamação na imaginação do pintor

Vinícius Mendes

De São Paulo para a BBC Brasil

14 novembro 2024

Meses após o Marechal Deodoro da Fonseca enganar a própria mulher, burlar as recomendações médicas e levantar da cama — onde havia passado a madrugada daquele 15 de novembro febril — para proclamar a República brasileira, o país já conhecia a primeira crítica articulada sobre o processo que havia removido a monarquia do poder em 1889.

Escrito pelo advogado paulistano Eduardo Prado, o livro *Fastos da Ditadura Militar no Brasil,* de 1890, argumentava que a Proclamação da República no Brasil tinha sido uma cópia do modelo dos Estados Unidos aplicada a um contexto social e a um povo com características distintas.

A monarquia, segundo ele, ainda era o modelo mais adequado para a sociedade que se tinha no país. Prado também foi o primeiro autor a considerar a Proclamação da República um "golpe de Estado ilegítimo" aplicado pelos militares.

Hoje, quase um século e meio depois, o tema ainda suscita debates: enquanto diversos historiadores apontam a importância da chegada da República ao Brasil, apesar de suas incoerências e dificuldades, um movimento que ganhou força nos últimos anos — principalmente nas redes sociais — ainda a contesta.

"A proclamação foi um golpe de uma minoria escravocrata aliada aos grandes latifundiários, aos militares, a segmentos da Igreja e da maçonaria. O que é fato notório é que foi um golpe ilegítimo", disse à BBC News

Brasil o empresário Luiz Philippe de Orleans e Bragança, tataraneto de D. Pedro 2º, o último imperador brasileiro, e militante do movimento de direita Acorda Brasil.

Matérias recomendadas

BBC resgata vozes e sambas esquecidos dos soldados brasileiros na 2ª Guerra

Por que Iemanjá, orixá de origem africana, virou 'mulher branca' no Brasil

Medo me ensinou que eu era capaz de algumas coisas na vida, diz Tom Zé

A estátua de 'pai' de teoria racista que inspirou nazismo que museu sobre Dom Pedro 2º decidiu esconder

Em 2018, ele recebeu 118.457 votos no Estado de São Paulo e se elegeu deputado federal pelo PSL, então

partido de Jair Bolsonaro, também eleito presidente naquele ano.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Retrato do Marechal Deodoro da Fonseca por Henrique Bernardelli; ele proclamou a República no Brasil após uma madrugada febril

"Quando há ilegitimidade na proclamação de qualquer modelo de governo, não se consegue estabelecer autoridade e, dessa forma, não se tem ordem. É exatamente isso que aconteceu na República: removeram o monarca e, no momento seguinte, foi um caos", completa Orleans e Bragança, justificando a partir da história os solavancos recentes da democracia brasileira.

O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, deu novo gás ao movimento pró-monarquia, impulsionado pelas redes sociais e pela presença de grupos monarquistas nas manifestações contra o governo petista, entre 2015 e 2016 — muitos deles, empunhando bandeiras do Brasil Império.

Um movimento de elites

A ideia de que a Proclamação da República foi um "golpe" é engrossada pelo historiador José Murilo de Carvalho, que escreveu um livro sobre os períodos monárquico e republicano do Brasil: *O Pecado Original da República* (editora Bazar do Tempo).

Um dos intelectuais mais respeitados no país, Murilo também admite que é possível discutir a legitimidade do processo, como reivindicam os monarquistas atuais.

"Para se sustentar (a reivindicação de legitimidade da proclamação), ela teria que supor que a minoria republicana, predominantemente composta de bacharéis, jornalistas, advogados, médicos, engenheiros, alunos das escolas superiores, além dos cafeicultores paulistas, representava os interesses da maioria esmagadora da população ou do país todo. Um tanto complicado", avalia.

Ainda de acordo com Murilo, não apenas foi um golpe, como ele não contou com a participação popular, o que fortalece o argumento de ilegitimidade apresentado

Novo podcast investigativo: A Raposa

Uma tonelada de cocaína, três brasileiros inocentes e a busca por um suspeito inglês

pelos atuais monarquistas. Para ele, a distância da maior camada da população das decisões políticas é um problema que perdura até hoje.

"Embora os propagandistas falassem em democracia, o pecado foi a ausência de povo, não só na proclamação, mas pelo menos até o fim da Primeira República. Incorporar plenamente o povo no sistema político é ainda hoje um problema da nossa República. Pode-se dizer que as condições do país não permitiram outra solução e que os propagandistas eram sonhadores. Muitos realmente eram", conta.

REUTERS

Após quase um século e meio, Proclamação da República ainda é alvo de debates

Monarquia como opção de regime político?

Especialista no período, o jornalista e historiador Laurentino Gomes, autor da trilogia *1808*, *1822* e *1889*, concorda com a leitura do "golpe". Para ele, no entanto, o debate sobre a legitimidade da República é sobre "quem legitima o quê", o que está ligado ao processo de consolidação de qualquer regime político.

"O termo 'legitimidade' é muito relativo. Depende do que se considera o instrumento legitimador da nossa República. Se ele for o voto, ela não é legítima, porque o Partido Republicano nunca teve apoio nas urnas. Agora, se considerar esse instrumento a força das armas, foi um movimento legítimo, porque foi por meio delas que o Exército consolidou o regime", diz.

Para Laurentino, a questão envolve a luta pelo direito de nomear os acontecimentos históricos que, no caso dos republicanos, conseguiram emplacar a ideia de "proclamação" e não de "golpe".

"O que aconteceu em 1889, em 1930 e em 1964 é a mesma coisa: exército na rua fazendo política. Depende de quem legitima o quê. O movimento de 1964 não foi legitimado pela sociedade, mas a revolução de 1930 o foi tanto pelos sindicatos quanto pelas mudanças promovidas por Getúlio Vargas. A proclamação é contada hoje por quem venceu", argumenta.

Para o historiador Marcos Napolitano, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), é possível, sim, falar em golpe na fundação da República. Já questionar sua legitimidade, como faz Orleans e Bragança, seria um revisionismo histórico incabível.

"Se pensarmos que a monarquia era um regime historicamente vinculado à escravidão (esta sim, uma instituição ilegítima, sob quaisquer aspectos), acho pessoalmente que a fundação da República foi um processo político legítimo que, infelizmente, não veio acompanhado de reformas democratizantes e inclusivas", explica.

Segundo José Murilo de Carvalho, é possível afirmar que a proclamação foi obra quase totalmente dos militares, assim como conta o jornalista Laurentino Gomes em seu livro *1889*.

"Só poucos dias antes do golpe é que líderes civis foram envolvidos", explica Murilo. Para o professor Marcos Napolitano, porém, o fato de ter sido uma minoria a responsável por derrubar a monarquia não retira do movimento a sua legitimidade.

"Qualquer processo político está ligado à capacidade de minorias ativas ganharem o apoio de maiorias, ativas ou passivas, e neutralizarem outros grupos que lhes são contra. Nem sempre um processo político que começa com uma minoria ativa redunda em falta de democracia. Esta é a medida de legitimidade de um processo político. Muitos processos políticos democratizantes, que mudaram a história mundial, começaram assim. O que não os exime de serem processos muitas vezes traumáticos e conflitivos", explica Napolitano.

Orleans e Bragança expressa uma alternativa que já existe há algum tempo entre um grupo restrito de historiadores. O mais militante deles é o professor Armando Alexandre dos Santos, da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

Frequentemente convidado pela Casa Real para palestras e eventos, ele é amigo pessoal de D. Luiz Gastão de Orleans e Bragança - que seria o imperador do país caso fosse uma monarquia - desde os anos 1980.

Para Santos, a República representou a instauração de uma ditadura jamais vivida até então no Brasil.

"Foi uma quartelada de uma minoria revoltosa de militares que não teve nenhum apoio popular. A própria proclamação foi um show de indecisões: Deodoro da Fonseca, por exemplo, só decidiu proclamá-la porque foi pressionado pelos membros do seu grupinho que precisavam de um militar de patente para representá-los. Foi, acima de tudo, um modismo, uma imitação servil dos EUA", argumenta.

Santos, no entanto, não encontra apoio para sua tese na maior parte da academia. Para os historiadores ouvidos pela BBC News Brasil, o retorno à monarquia não está definitivamente no horizonte político do país.

"O plebiscito de 1993 (para determinar a forma de governo do país) mostrou que há sólida maioria favorável à República, apesar das trapalhadas do regime. Fora do Carnaval, a imagem predominante da monarquia ainda é a de regime retrógrado", afirma José Murilo de Carvalho, seguido por Gomes.

"Em um momento de discussão da identidade nacional, se somos violentos ou pacíficos, corruptos ou transparentes, vamos em busca de mitos fundadores. Um deles é D. Pedro, que era um homem culto e respeitado. Esse movimento monárquico atual é freudiano. É a busca de pai que resolva tudo sem que a gente se preocupe", finaliza.

**Esta reportagem foi originalmente publicada em 15 de novembro de 2017.*

Tópicos relacionados

Histórias relacionadas

Por que a ideia de que o AI-5 foi uma reação à esquerda é um mito

12 dezembro 2019

Como Brasil tem comunidade libanesa maior do que a população do Líbano?

11 outubro 2024

As mulheres escravizadas submetidas a experimentos sangrentos que viraram as 'mães da ginecologia'

9 novembro 2024

Principais notícias

Putin diz aceitar cessar-fogo mas quer discutir termos com 'EUA e parceiros'

Há 17 minutos

Frei Gilson: quem é o sacerdote anticomunista criticado pela esquerda e abraçado pelo bolsonarismo

Há 7 horas

Confisco da poupança por Collor: a estratégia desesperada e fracassada para combater a inflação

Há 1 hora

Leia mais

Trump é como um caudilho latino-americano, é menos limitado por preocupações morais, diz Joseph Nye

12 março 2025

Declaração do Imposto de Renda começa na próxima semana: quem precisa fazer, qual é o prazo e outras regras

12 março 2025

Alerta severo da Defesa Civil: o que é um local seguro para se proteger em caso de tempestade?

12 março 2025

É seguro voar de avião durante tempestades?

12 março 2025

Consignado CLT: as regras do novo tipo de crédito lançado pelo governo Lula

12 março 2025

A surpreendente vitória da oposição na Groenlândia em eleição marcada por ameaças de Trump e independência

12 março 2025

Proibição de laqueadura e vasectomia em jovens: o que está em jogo no julgamento do STF

12 março 2025

'A China considera Putin um fanático obsessivo, mas o quer no poder'

11 março 2025

O que está em jogo em julgamento sobre a morte de Maradona: 'Eles mataram Diego'

Há 7 horas

Mais lidas

1 O pequeno vilarejo da Dinamarca transformado pelo Ozempic

6 A 'corrida armamentista' da Europa para declarar 'independência' dos EUA e fazer frente à Rússia

2 Frei Gilson: quem é o sacerdote anticomunista criticado pela esquerda e abraçado pelo bolsonarismo

3 A estrada construída para a COP30 em Belém que vai desmatar a Amazônia

4 Confisco da poupança por Collor: a estratégia desesperada e fracassada para combater a inflação

5 Por que torcidas organizadas de times de futebol se uniram a aposentados em protesto contra Milei

7 Eclipse Lunar: como ver fenômeno que acontece esta semana

8 As chocantes descobertas em local de 'recrutamento e extermínio' de cartel do México

9 Declaração do Imposto de Renda começa na próxima semana: quem precisa fazer, qual é o prazo e outras regras

10 Por que agricultores dos EUA estão usando xixi em suas plantações

Por que você pode confiar na BBC

Termos de Uso | Cookies | Do not share or sell my info

Sobre a BBC | Contate a BBC

Política de privacidade | BBC News em outras línguas

© 2025 BBC. A BBC não se responsabiliza pelo conteúdo de sites externos. **Leia sobre nossa política em relação a links externos.**